
Ponta
Administradora de
Consórcio Ltda.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas
Ponta Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ponta Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como a demonstração dos recursos de consórcio consolidada em 31 de dezembro de 2018 e a demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ponta Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2018 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ponta Administradora de Consórcio Ltda.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Ponta Administradora de Consórcio Ltda.

contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 25 de fevereiro de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luiz Antonio Fossa'.

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

| 31 de dezembro de 2018



Índice

Relatório do auditor	3
Relatório da Administração	8
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração dos recursos de consórcio consolidada	13
Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	14
Nota 1 – Contexto operacional	14
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis	14
Nota 3 – Principais práticas contábeis - Administradora	14
Nota 4 – Disponibilidades	17
Nota 5 – Títulos e valores mobiliários	17
Nota 6 – Outros Créditos	17
Nota 7 – Imobilizado	18
Nota 8 – Intangível - softwares	18
Nota 9 – Obrigações fiscais e previdenciárias	19
Nota 10 – Obrigações diversas	19
Nota 11 – Patrimônio líquido	19
Nota 12 – Receitas de prestação de serviços	20
Nota 13 – Despesas tributárias	20
Nota 14 – Despesas de pessoal	20
Nota 15 – Outras despesas administrativas	21
Nota 16 – Outras receitas operacionais	21
Nota 17 – Outras despesas operacionais	21
Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social	22
Nota 19 – Critérios de tributação	22
Nota 20 – Transações com partes relacionadas	22
Nota 21 – Passivos contingentes, provisões e obrigações legais	23
Nota 22 – Outras informações da Administradora	23
Nota 23 – Principais práticas contábeis para grupos de consórcios	24
Nota 24 – Aplicações financeiras - Grupos	26
Composição da Diretoria	26

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

1. Cenário Macroeconômico

O panorama macroeconômico em 2018 mostrou-se satisfatório, embora em ritmo inferior ao esperado no início do ano. A inflação seguiu baixa, a taxa de juros nos mínimos históricos, houve recuperação moderada do crédito, as contas externas permaneceram sólidas, a taxa de desemprego apresentou redução modesta e os índices de confiança melhoraram, principalmente após o desfecho do processo eleitoral. Foi um ano em que houve retomada da atividade econômica, ainda que o episódio da greve dos caminhoneiros tenha ocasionado impactos expressivos sobre diversos setores da atividade. A situação fiscal, ainda preocupante, requer o equacionamento dos elevados déficits previdenciários para sua reversão.

Até o terceiro trimestre de 2018 o PIB acumulou alta de 1,3%, impulsionado pelo setor agropecuário – que apresentou crescimento de 2,5% – e seguido pelo consumo das famílias – 1,4% no 3º trimestre –, demonstrando a tímida recuperação econômica, principalmente reprimida pela greve dos caminhoneiros e pelas incertezas políticas apresentadas no decorrer do ano eleitoral.

Um dos sinais dessa retomada foi observado no crédito livre, onde as concessões de novos empréstimos (recursos livres) às pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ) exibiram respectivamente, variações em 6,7% e 12,0% em termos reais, no acumulado entre janeiro e novembro em comparação com o mesmo período de 2017. Ou seja, a volta do crédito não esteve mais concentrada apenas nas operações para PF, mas alcançou também as empresas. Neste quadro menos desfavorável as taxas de inadimplência continuaram em queda, tendo alcançado em novembro 3,0% e 4,8% nas operações com recursos livres para PJ e PF respectivamente, lembrando que, no final de 2017, estes percentuais encontravam-se em 4,5% e 5,2%.

Por outro lado, o setor industrial perdeu fôlego ao longo do ano, principalmente pelo agravamento da crise econômica na Argentina no segundo semestre, uma vez que é líder no ranking dos países que mais importam produtos manufaturados brasileiros. Outro fator que contribuiu foi a tímida demanda interna. De acordo com a pesquisa industrial mensal (PIM-IBGE), a produção industrial total cresceu 1,5% entre janeiro e novembro em comparação com o mesmo período do ano anterior, uma expansão inferior à observada em 2017 (2,6%). Ainda assim houve destaques positivos, como o forte crescimento de 9,5% na produção de bens de consumo duráveis e de 8,2% na produção de bens de capital, neste caso proporcionado pelo aumento das exportações e pela incipiente recomposição dos investimentos em máquinas e equipamentos no país. Neste contexto, a formação bruta de capital fixo apresentou alta acumulada de 4,5% até o terceiro trimestre de 2018, apontando para o primeiro ano de crescimento dos investimentos desde 2013.

O consumo das famílias manteve-se em recuperação moderada, ilustrado pelos dados da pesquisa mensal do comércio (PMC-IBGE). No acumulado entre janeiro e novembro de 2018, as vendas no varejo cresceram 5,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, após a expansão de 4,0% registrada em 2017. Além da retomada relevante do crédito, houve continuidade da melhora dos condicionantes emprego e renda, embora neste caso de forma ainda modesta. De acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desocupação no trimestre encerrado em novembro atingiu 11,6% na série original, pouco abaixo do patamar de 12,0% registrado em novembro de 2017. A massa de rendimentos habituais apresentou alta de 1,6% em termos reais, na comparação anual em novembro, variação inferior à observada no ano de 2017 (2,6%). Como notícia positiva, a geração de empregos com carteira assinada somou 858,4 mil em termos líquidos até novembro, de acordo com dados do Ministério do Trabalho (Caged), melhor resultado para o período desde 2014.

Os sinais de melhora da economia não impediram um ano de cautela entre consumidores e empresários, sentimento captado pelos movimentos dos índices de confiança. Com o término do processo eleitoral houve uma melhora dos indicadores, embora de forma desigual. A confiança da indústria reagiu menos, tendo em vista as dificuldades que o setor se defrontou ao longo do ano, que resultaram na perda de

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

dinamismo da produção especialmente no segundo semestre. Neste contexto, o índice de confiança da indústria (ICI-FGV) que iniciou o ano em 99,4 pontos, fechou 2018 em 94,8 pontos, mesmo com uma pífia alta nos meses de novembro e dezembro. Entre os consumidores, o panorama se mostrou diferente, embora a lenta recuperação do mercado de trabalho, o resultado eleitoral e a percepção de alguma melhora da atividade levaram o ICC-FGV a fechar o ano em 93,8 pontos, maior patamar desde de 2014. A confiança do comércio deu um salto no final do ano, para o maior nível desde abril de 2013. Movimentos de elevação também foram observados nos indicadores dos setores de serviços e construção.

A inflação continuou controlada em 2018, apesar da pressão pontual em junho gerada pelo episódio da greve dos caminhoneiros. O IPCA fechou o ano com variação de 3,75%, acima do registrado em 2017 (2,95%), porém abaixo da meta de 4,50%. A maior contribuição para a inflação do ano decorreu dos preços administrados, que subiram 6,2%, reflexo de itens como energia elétrica (8,7%), gasolina (7,3%) e plano de saúde (11,2%). Os preços livres subiram apenas 2,9%.

Diante do quadro inflacionário benigno, o Banco Central manteve a taxa Selic em 6,5% desde a reunião de março, quando promoveu o último corte nos juros. Este contexto favorável, que permitiu a manutenção da taxa básica em seu menor nível histórico, envolveu a inflação corrente abaixo da meta e expectativas futuras ancoradas e um grau ainda elevado de ociosidade na economia, que sustentou uma retomada lenta durante o ano.

As contas externas seguiram confortáveis. O superávit comercial somou US\$ 58,3 bilhões em 2018, com aumentos relevantes nas exportações (9,6% pelas médias diárias) e nas importações (19,7%). Essa alta das importações provocou uma redução do superávit em relação a 2017 (US\$ 67 bilhões), mas o resultado reflete algo positivo, que foi a melhora gradual da demanda interna. Os números do balanço de pagamentos também reforçaram este quadro benigno. O déficit em transações correntes somou US\$ 14 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro, o que corresponde a 0,7% do PIB estimado para o período. Além de baixo, o déficit é financiado por larga margem pelos investimentos diretos no país. No mesmo período, o montante do investimento direto no país (IDP) somou US\$ 79,8 bilhões, volume que surpreendeu diante das incertezas que marcaram o panorama econômico e político do Brasil. Complementando a solidez da posição externa do país, as reservas internacionais fecharam o ano em US\$ 386,9 bilhões.

As contas públicas continuaram como o principal contraponto, a despeito dos sinais de melhora da atividade econômica. A arrecadação federal cresceu 5,6% em termos reais entre janeiro e novembro, em comparação com o mesmo período de 2017. A retomada da atividade, mesmo que lenta, contribuiu para o aumento real das receitas, impulsionadas também pela elevação dos recursos obtidos com royalties do petróleo. Com isso, o déficit primário do governo atingiu 1,4% do PIB no acumulado do ano até novembro, uma leve redução ante o déficit registrado no ano de 2017 (1,7% do PIB). No período, o déficit primário somou R\$ 88,4 bilhões, inferior ao registrado nos primeiros onze meses de 2017 (R\$ 103,2 bilhões). Mais do que a pequena melhora do resultado total, vale destacar o avanço do superávit do Tesouro Nacional no período, de R\$ 69,5 bilhões para R\$ 97,8 bilhões. O agravamento do déficit da previdência (de R\$ 172,7 bilhões para R\$ 186,3 bilhões) impediu uma redução mais expressiva do déficit primário. Neste contexto, a relação dívida bruta/PIB, que fechou 2017 em 74%, alcançou em novembro o patamar de 76,7%, dinâmica que ilustra o grave cenário fiscal ainda enfrentado.

No cenário internacional, predominou um ambiente de crescente apreensão, diante da perspectiva de piora do desempenho das principais economias. Um dos condicionantes da deterioração de sentimento foi o aumento das tensões comerciais entre EUA e China, com novas medidas restritivas adotadas ao longo do ano, embora ao final de 2018 os países tenham mantido um tom mais conciliador. Outro fator que contribuiu foi a continuidade do ajuste monetário pelo Federal Reserve (Fed), que consolidou o cenário de menor liquidez após um longo período de forte expansionismo. Porém, o Fed alterou seu discurso e passou a sinalizar a possibilidade de abreviamento do ciclo de aumento dos juros. Tensões políticas na Europa também continuaram aflorando, com destaque para a formação do governo populista na Itália e as dificuldades para o acordo com o Brexit.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

Em suma, o ano de 2018 foi marcado por maior instabilidade nos mercados e aumento da apreensão entre os agentes econômicos, seja por fatores externos ou internos. A piora do ambiente externo e a tensão pré-eleitoral acentuaram a volatilidade e pressionaram os ativos do país, movimento parcialmente revertido apenas com o desfecho das eleições. Embora persistam dúvidas quanto à governabilidade durante este novo mandato, a visão de continuidade da agenda liberal e do apoio às reformas necessárias – principalmente de cunho fiscal – proporcionou a melhora da confiança da sociedade na parte final do ano. O maior otimismo, seja de consumidores, empresários e investidores, representa um importante ponto de partida para 2019.

2. Ponta Administradora de Consórcios

A Ponta Administradora de Consórcios (Ponta Administradora) é uma empresa pioneira no segmento de consórcios, com histórico de mais de 46 anos de mercado no Brasil. Em 2011, foi adquirida pelo Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e, com isso redirecionou a comercialização de seus produtos aos cooperados do Sicoob. Operando com consórcios nos segmentos de veículos leves, imóveis, motos, serviços, veículos pesados e implementos agrícolas, a Ponta Administradora encerrou o ano de 2018 com mais de 110 mil cotas ativas e uma carteira total administrada de R\$ 7,8 bilhões de cotas de consórcios.

Com a comercialização de 28,7 mil cotas no ano, destaca-se o crescimento na venda de motos, serviços e veículos, em 58,5%, 53,2% e 28,4% respectivamente. De acordo com dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), as vendas de cotas desses segmentos em 2018, desconsiderando o mês de dezembro, representaram incremento de 18%, 50% e 1,7%. O expressivo aumento da comercialização da Ponta Administradora, em relação ao mercado, reflete o foco na execução da estratégia da Administradora, que é de disponibilizar aos cooperados um produto competitivo e com taxas justas.

Com o resultado de R\$ 21,1 milhões em 2018 – 13,8% maior em relação à 2017 – e rentabilidade sobre os recursos próprios (ROE) situada em 59,7%, a Ponta Administradora se apresenta como uma empresa sólida e segue avançando em um mercado bastante competitivo, em que atuam grandes instituições bancárias brasileiras.

3. Performance

A Ponta Administradora de Consórcios encerrou o 2º semestre de 2018 com ativos totais consolidados de R\$ 83.326 mil, aumento de 33,42% em relação ao ano de 2017 e com 110.120 cotas ativas e 13.725 bens entregues no ano, crescimento de 42,20% e 50,40% respectivamente em relação ao ano anterior.

O lucro líquido do exercício de 2018 foi de R\$ 21.098 mil, com retorno anualizado de 59,68% sobre o patrimônio líquido de dezembro de 2017, o que reflete o bom desempenho da Ponta, tanto em comercializações como em incremento da carteira e do resultado ao mesmo período do ano anterior.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez

O gerenciamento integrado de riscos, incluindo os riscos de crédito, de mercado e de liquidez no conglomerado Bancoob é realizado pela Superintendência de Gestão de Riscos (Suris), lotada no Bancoob, conforme dispõe a Resolução CMN 4.557/2017. Essa Superintendência é formada por meio de cinco gerências especializadas:

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

- Gerência de Risco de Crédito (Geric);
- Gerência de Modelagem (Gemod);
- Gerência de Riscos de Mercado e de Liquidez (Gerim);
- Gerência de Middle Office (Gemid);
- Gerência de Controles Internos (Gecin).

As atividades relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez consideram os objetivos, as políticas, os processos, os sistemas e as estratégias definidas pelas instituições em consonância com as boas práticas de governança corporativa.

A estrutura atualmente definida pela Instituição inclui os seguintes aspectos considerados relevantes de acordo com as boas práticas de governança:

- Segregação de funções entre as áreas de negócio e de riscos;
- Definição de alçadas nos diversos níveis hierárquicos;
- Gerenciamento integrado de riscos;
- Normativos internos onde estão definidas as políticas, as atividades e os processos relativos ao gerenciamento de riscos.

No Conglomerado Bancoob, as decisões relacionadas aos riscos são tomadas de forma colegiada e observam os aspectos definidos nas políticas e nos manuais de gerenciamento de riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos tem caráter abrangente e está constituída dos seguintes componentes:

- Estrutura Organizacional;
- Estrutura Normativa;
- Sistemas Computacionais;
- Conformidade;
- Validação;
- Acompanhamento.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos do Conglomerado Bancoob.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- i. Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez da Administradora;
- ii. Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez dos grupos de consórcio como um todo e individualmente em cada grupo;
- iii. Controle do risco de liquidez das aplicações dos grupos de consórcios em fundos de investimento administrados pelo Bancoob DTVM;
- iv. Utilização do modelo VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado dos fundos de investimento onde são aplicados os recursos líquidos dos grupos de consórcios da Administradora, administrados pelo Bancoob DTVM;
- v. Geração e reporte de informações gerenciais aos órgãos de governança do Conglomerado Bancoob;
- vi. Adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- i. Utilização de modelos de avaliação e classificação de risco dos consorciados;
- ii. Monitoramento da inadimplência dos grupos de consorciados, segregados, por tipo de bem e pela condição da entrega ou não do bem objeto do consórcio;
- iii. Geração e reporte de informações gerenciais aos órgãos de governança do Conglomerado Bancoob;
- iv. Adequada validação dos modelos.

b. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais aprovada pela Diretoria da Ponta Administradora, mediante publicação da Circular Ponta Administradora de Consórcios 001 de 2015.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais da Ponta Administradora de Consórcios consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos já identificados, é realizado no mínimo bienalmente, corroborando para a melhoria contínua dos processos. Os resultados são apresentados à Diretoria da Administradora.

O processo de monitoramento do Risco Operacional é realizado através do registro e controles das perdas operacionais. Toda perda é comunicada à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas com o objetivo de identificar as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles, em caso de eventual necessidade.

5. Agradecimentos

Agradecemos aos consorciados, pela confiança na atual administração, ao Bancoob, ao Sicoob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pelo trabalho executado em parceria, e aos colaboradores da Ponta Administradora de Consórcios, pela dedicação e compromisso.

A Administração

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		17.211	16.764	Circulante		26.765	26.957
Disponibilidades	4	43	527	Outras Obrigações		26.765	26.957
				Fiscais e previdenciárias	9	12.926	13.104
Títulos e valores mobiliários	5	7.610	5.901	Diversas	10	13.839	13.853
Carteira própria		7.610	5.901				
Outros créditos	6	9.553	10.336				
Créditos específicos		121	159	Não circulante		109	145
Diversos		9.432	10.177				
				Exigível a longo prazo			
Outros valores e bens		5	-				
Despesas antecipadas		5	-	Outras obrigações		109	145
				Fiscais e previdenciárias	9	-	41
Não circulante		66.115	45.692	Diversas	10	109	104
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	5	63.262	43.304	Patrimônio líquido	11	56.452	35.354
Carteira própria		63.262	43.304	Capital		6.191	6.191
Outros créditos	6	908	454	Reservas de lucros		50.261	29.163
Diversos		908	454				
Imobilizado	7	1.602	1.790				
Imóveis de uso		2.803	2.601				
(-) Depreciações acumuladas		(1.201)	(811)				
Intangível	8	343	144				
Ativos intangíveis		465	204				
(-) Amortizações acumuladas		(122)	(60)				
Total do ativo		83.326	62.456	Total do passivo e do patrimônio líquido		83.326	62.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Semestre findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31 de dezembro 2018	2017
Receitas da intermediação financeira		1.881	3.407	2.551
Resultado com títulos e valores mobiliários	5	1.881	3.407	2.551
Resultado bruto da intermediação financeira		1.881	3.407	2.551
Outras receitas (despesas) operacionais		13.104	27.320	27.420
Receitas de prestação de serviços	12	64.968	119.374	101.814
Despesas de pessoal	14	(4.900)	(9.075)	(6.645)
Outras despesas administrativas	15	(7.106)	(13.015)	(8.860)
Despesas tributárias	13	(6.311)	(11.591)	(10.802)
Outras receitas operacionais	16	2.229	4.460	4.501
Outras despesas operacionais	17	(35.776)	(62.833)	(52.588)
Resultado operacional		14.985	30.727	29.971
Resultado não operacional		-	-	6
Resultado antes da tributação sobre lucro		14.985	30.727	29.977
Imposto de renda e contribuição social		(5.047)	(9.629)	(11.441)
Imposto de renda	18	(3.690)	(7.050)	(8.384)
Contribuição social	18	(1.357)	(2.579)	(3.057)
Lucro líquido do semestre/exercício		9.938	21.098	18.536
Quantidade de cotas no final do semestre/exercício		6.191	6.191	6.191
Lucro por cota - R\$		1,61	3,41	2,99

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Capital	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		6.191	531	10.096	-	16.818
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.536	18.536
Destinações propostas:						
Reserva legal	11 (b)	-	707	-	(707)	-
Reserva de Lucros	11 (b)	-	-	17.829	(17.829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		6.191	1.238	27.925	-	35.354
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.098	21.098
Destinações propostas:						
Reserva legal	11 (b)	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	11 (b)	-	-	21.098	(21.098)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		6.191	1.238	49.023	-	56.452
Saldos em 30 de junho de 2018		6.191	1.238	39.085	-	46.514
Lucro líquido do semestre		-	-	-	9.938	9.938
Destinações propostas:						
Reserva legal		-	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	9.938	(9.938)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		6.191	1.238	49.023	-	56.452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

Nota	Semestre findo em 31/12/2018	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.985	30.727	29.977
Depreciações e amortizações	233	451	322
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	84	47	67
Mutações das contas patrimoniais			
(Aumento) dos títulos e valores mobiliários	(12.118)	(21.667)	(26.310)
Redução de outros créditos	88	9.606	3.050
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	34	(4)	16
Aumento/(Redução) das obrigações fiscais e previdenciárias	247	(9.849)	(1.894)
(Aumento) das obrigações diversas	2.602	(56)	6.467
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.820)	(9.277)	(9.611)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	335	(22)	2.084
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(105)	(201)	(1.500)
Aquisição de intangível	(215)	(261)	(69)
Baixa de imobilizado	-	-	5
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(320)	(462)	(1.564)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	15	(484)	520
Caixa e equivalentes de caixa no início do Semestre/Exercício	28	527	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do Semestre/Exercício	43	43	527
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	15	(484)	520

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração dos recursos de consórcio consolidada em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.244.464	789.366	Circulante		1.244.464	789.366
Disponibilidades		891	509	Obrigações diversas		1.244.464	789.366
Depósitos bancários		891	509	Obrigações com consorciados		658.401	397.183
				Valores a repassar		7.350	5.353
Aplicações interfinanceiras de liquidez		531.788	354.496	Obrigações por contemplações a entregar		400.114	262.842
Aplicações financeiras	24	531.788	354.496	Recursos a devolver a consorciados		79.261	59.293
				Recursos do grupo		99.338	64.695
Outros créditos		711.785	434.361				
Bens retomados ou devolvidos		300	111				
Direitos junto a consorciados contemplados		711.485	434.250				
Compensação		11.101.871	8.545.552	Compensação		11.101.871	8.545.552
Previsão mensal de recursos a rec. de consorciados		58.511	41.873	Recursos mensais a receber de consorciados		58.511	41.873
Contribuições devidas aos grupos		5.605.319	4.314.465	Obrigações do grupo por contribuições		5.605.319	4.314.465
Valores dos bens ou serviços a contemplar		5.431.309	4.185.909	Bens ou serviços a contemplar		5.431.309	4.185.909
Diversas contas de compensação ativas		6.732	3.305	Diversas contas de compensação passivas		6.732	3.305
Total geral do ativo		12.346.335	9.334.918	Total geral do passivo		12.346.335	9.334.918

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada
Em milhares de reais

	Semestre	Exercício findo em 31 de	
	findo em	dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Disponibilidades no início do período	452.649	355.005	192.936
Depósitos bancários	393	509	944
Aplicações financeiras do grupo	106.106	91.654	42.681
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	346.150	262.842	149.311
(+) Recursos coletados	640.019	1.181.415	738.067
Contribuições para aquisição de bens	522.200	969.498	564.016
Taxa de administração	61.069	114.693	93.081
Contribuições ao fundo de reserva	15.271	28.082	14.639
Rendimentos de aplicações financeiras	18.062	33.004	31.629
Multas e juros moratórios	1.219	2.327	1.511
Prêmios de seguros	8.089	15.486	9.935
Custas judiciais	554	786	170
Reembolso de despesas de registro	3.717	6.591	2.021
Outros	9.838	10.948	21.065
(-) Recursos utilizados	559.989	1.003.741	575.998
Aquisição de bens	469.417	844.717	457.614
Taxa de administração	63.861	117.706	101.021
Multas e juros moratórios	607	1.161	777
Prêmios de seguros	8.067	15.520	9.834
Custas judiciais	577	850	103
Devolução a consorciados desligados	5.320	7.878	3.377
Despesas de registro de contrato	3.178	5.850	1.646
Outros	8.962	10.059	1.626
Disponibilidades no final do período	532.679	532.679	355.005
Depósitos bancários	892	892	509
Aplicações financeiras do grupo	131.673	131.673	91.654
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	400.114	400.114	262.842

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 - Contexto operacional

A Ponta Administradora de Consórcios Ltda. – Ponta Administradora (“Instituição ou “Administradora”) é uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada, que iniciou suas atividades em 3 de março de 1972 e está sediada em Brasília. A Instituição é controlada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O objeto social é a constituição e a administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis, imóveis e serviços, sendo o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICCOB seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

O descasamento entre passivos e ativos circulantes no balanço patrimonial no valor de R\$ 9.554 em 31 de dezembro de 2018 não oferece risco em função de que a Instituição possui uma aplicação em títulos e valores mobiliários - TVM classificada no ativo realizável a longo prazo com liquidez assegurada (Nota 20a).

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Conforme requerido pelo BACEN, estão sendo apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. A autorização para emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 31 de janeiro de 2019.

Nota 3 - Principais práticas contábeis - Administradora

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, requer que a Administradora use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a valorização de títulos e valores mobiliários, provisões para causas judiciais e as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b. Apuração do resultado

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração que é reconhecida pelo seu efetivo recebimento.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

d. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos, calculadas "*pro rata temporis*", líquidas das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

e. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, de acordo com a intenção da Administradora, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem e frequentemente negociados. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

f. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso – 10%;
- Veículos e processamento de dados – 20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – 25,47%
- Intangível – 20%

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% quando aplicável, e a contribuição social, à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administradora possui estoque de crédito tributário, não ativado, decorrentes de diferenças temporárias no valor de R\$ 569 mil.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal da Administradora ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância do Pronunciamento Técnico 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Provisão para causas judiciais** - São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Administradora tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

i. Pronunciamentos técnicos - CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Circular 3.387/2008;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas – Circular 3.901/2018;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Circular 3.579/2012;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Circular 3.578/2012; e

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Circular 3.484/2010.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

Nota 4 - Disponibilidades

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	2	-
Depósitos bancários	41	527
Total	43	527

Nota 5 – Títulos e valores mobiliários

	31/12/2018					31/12/2017	
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Valor de mercado	Valor do custo atualizado
Cotas do Sicoob DI							
Fundo de Investimento Referenciado DI (i)	7.610	-	-	7.610	7.610	5.901	5.901
CDB - Bancoob	-	-	63.262	63.262	63.262	43.304	43.304
Total	7.610	-	63.262	70.872	70.872	49.205	49.205
Circulante				7.610		5.901	
Não circulante				63.262		43.304	

(i) Refere-se substancialmente à aplicação dos recursos não procurados dos grupos encerrados (Nota 10) que são remunerados conforme Art. 6º § 2º da Circular 3.432/2009.

Estão classificados como “Disponíveis para Venda” e referem-se a Títulos de Renda Fixa - CDB, emitidos pelo BANCOOB. Esses títulos possuem liquidez diária e marcação a mercado considerando taxa de mercado (CDI).

As receitas financeiras geradas por essas aplicações no exercício foram de R\$ 3.407 (2017 – R\$ 2.551 e 2º semestre/2018 – R\$ 1.881), em linha com acréscimo no cenário de taxa de juros.

Nota 6 – Outros créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Devedores por depósitos em garantia	-	86
Tributos a compensar (i)	9.922	10.160
Valores pendentes rec. cobrança judicial (ii)	121	159
Aquisição de cotas	365	365
Adiantamento de imobilização	15	13
Outros	38	7
Total	10.461	10.790
Circulante	9.553	10.336
Não circulante	908	454

(i) Refere-se principalmente às antecipações do IRPJ e CS do exercício.

(ii) A Ponta Administradora é parte de processos de cobrança judicial dos grupos encerrados no valor de R\$ 121 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 159) com o prognóstico de êxito provável, e quando recebidos serão rateados e repassados aos consorciados. As obrigações de montante equivalente, estão registradas em obrigações diversas (Nota 10).

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 - Imobilizado

	Instalações (i)	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	165	207	145	70	587
Aquisição	1.119	193	165	23	1.500
Alienação	(5)	-	-	-	(5)
Depreciação	(185)	(31)	(65)	(11)	(292)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.094	369	245	82	1.790
Custo total	1.556	457	462	126	2.601
Depreciação acumulada	(462)	(88)	(217)	(44)	(811)
Valor residual	1.094	369	245	82	1.790
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.094	369	245	82	1.790
Aquisição	14	55	119	13	201
Alienação	-	-	-	-	-
Depreciação	(236)	(49)	(91)	(13)	(389)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	872	375	273	82	1.602
Custo total	1.570	512	581	140	2.803
Depreciação acumulada	(698)	(137)	(308)	(58)	(1.201)
Valor residual	872	375	273	82	1.602
Taxas anuais de depreciação - %	25,47% (ii)	10%	20%	10%	

(i) Refere-se principalmente às benfeitorias em imóveis de terceiros com depreciação em linha com o prazo do contrato de aluguel de cinco anos.

(ii) Refere-se à taxa ponderada considerando a representatividade dos ativos.

Nota 8 – Intangível - softwares

	Software
Saldos em 31 de dezembro de 2016	105
Aquisição	69
Alienação	-
Amortização	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	144
Custo total	204
Amortização acumulada	(60)
Valor residual	144
Saldos em 31 de dezembro de 2017	144
Aquisição	261
Alienação	-
Amortização	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	343
Custo total	465
Amortização acumulada	(122)
Valor residual	343
Taxas anuais de amortização - %	20%

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Obrigações fiscais e previdenciárias

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para imposto de renda	7.009	8.283
Provisão para contribuição social	2.573	3.057
Imposto e contribuição sobre salários	261	202
Parcelamento INSS	41	106
Provisão PIS, Cofins e ISS	2.888	1.361
Outros	154	136
Total	12.926	13.145
Circulante	12.926	13.104
Não circulante	-	41

Nota 10 - Obrigações diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Recursos não procurados de grupos encerrados (i)	7.610	4.992
Recursos pendentes cobrança judicial (Nota 6)	121	159
Provisão para despesas de pessoal	709	515
Provisão para despesas administrativas (ii)	4.590	7.276
Provisão para causas judiciais (iii)	109	99
Valores recebidos de consorciados de grupos encerrados (iv)	809	911
Outros	-	5
Total	13.948	13.957
Circulante	13.839	13.853
Não circulante	109	104

- (i) Referem-se aos recursos não procurados pelos consorciados dos grupos encerrados sobre os quais incidem atualização de valores.
- (ii) Referem-se principalmente à provisão de comissões s/vendas, pelo maior volume de negócios gerados.
- (iii) Constituição da provisão referente aos processos e cíveis.
- (iv) Referem-se aos sinistros recebidos pela seguradora para repasse aos beneficiários.

Nota 11 – Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 6.191, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 6.191.000 cotas, distribuídas entre os sócios:

- (i) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB, proprietário de 6.190.381 cotas.
- (ii) Gil Marcos Saggioro, proprietário de 619 cotas.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Reserva de lucros

Foi constituída a reserva de lucros – Outras, no valor de R\$ 21.098 (2017 – R\$ 17.829 e 2º semestre/2018 – R\$ 9.938).

c. Dividendos

Conforme deliberado em reunião dos sócios ocorrido em 18/01/2019, os sócios decidem por unanimidade, reter integralmente o lucro líquido do ano de 2018 no valor de R\$ 21.098 como reserva de lucros.

Nota 12 – Receitas de prestação de serviços

São representadas substancialmente por taxas de administração recebidas de consorciados.

	Semestre findo em	Exercício findo em 31 de dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Taxa de veículos/motocicletas	39.177	67.631	48.013
Taxa de imóveis	23.825	48.738	52.161
Taxa de serviços	1.469	2.508	1.640
Outras	497	497	-
Total	64.968	119.374	101.814

Nota 13 – Despesas tributárias

	Semestre findo em	Exercício findo em 31 de dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Despesas com ISS	3.360	6.192	5.293
Despesas com Cofins	2.419	4.424	4.513
Despesas com PIS	521	953	974
Outros Tributos	11	22	22
Total	6.311	11.591	10.802

Nota 14 – Despesas de pessoal

	Semestre findo em	Exercício findo em 31 de dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Honorários diretoria	300	623	576
Proventos (i)	2.271	4.131	2.994
Encargos sociais (ii)	957	1.807	1.329
Benefícios (iii)	1.269	2.312	1.663
Treinamentos	19	37	28
Remuneração a estagiários	84	165	55
Total	4.900	9.075	6.645

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se principalmente a salários e provisões para 13º salário e férias.
- (ii) Referem-se principalmente a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
- (iii) Referem-se principalmente a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vale-refeição pagos aos empregados.

Nota 15 – Outras despesas administrativas

	Semestre findo em	Exercício findo em 31 de dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Água energia e gás	60	107	91
Comunicações	809	1.665	950
Manutenção e conservação de bens	129	251	265
Material	24	55	51
Processamento de dados (ii)	1.071	1.923	1.676
Promoções e relações públicas (i)	1.494	2.607	1.181
Propaganda e publicidade	91	207	6
Publicação	1	2	3
Serviços do sistema financeiro	104	189	111
Serviços de terceiros (iii)	2.308	4.123	2.838
Serviços técnicos especializados	89	162	94
Viagens no país	31	52	68
Aluguéis	255	498	488
Desp. de depreciação/amortização	233	464	401
Outras despesas administrativas	407	710	637
Total	7.106	13.015	8.860

- (i) Refere-se principalmte às campanhas realizadas em 2018 na rede Sicoob que culminaram com o maior volume de negócios gerados;
- (ii) Refere-se principalmente as despesas com manutenção de sistemas operacionais de consórcios;
- (iii) Refere-se principalmente aos serviços prestados de cobrança e telemarketing.

Nota 16 – Outras receitas operacionais

O resultado de outras receitas operacionais no exercício foram de R\$ 4.460 (2017 – R\$ 4.501 e 2º semestre/2018 – R\$2.229), refere-se aos recursos recebidos pela Administradora decorrente dos serviços prestados (Pró-labore) à empresa Sicoob Seguradora de Vida e Previdência relacionados ao recebimento dos valores mensais de seguro prestamista contratados pelos consorciados, controle e repasse dos recursos recebidos mensalmente e também da formalização dos documentos necessários quando da ocorrência de situações de sinistros junto aos beneficiários para envio à seguradora para composição do dossiê utilizado para indenização. O seguro prestamista é um produto opcional, contratado pelo consorciado quando da aquisição de sua cota de consórcio e que possui a principal finalidade para a administradora de proteger a saúde financeira dos grupos de consórcios na ocorrência de sinistros, por morte ou invalidez permanente por acidente.

Nota 17 – Outras despesas operacionais

O resultado de outras despesas operacionais no exercício foram de R\$ 62.833 (2017 - R\$ 52.588 e 2º semestre/2018 – R\$ 35.776), refere-se principalmente às comissões pagas pela venda de cotas de consórcios.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	2º semestre/2018		Exercício/2018		Exercício/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	14.985	14.985	30.727	30.727	29.977	29.977
Alíquota de tributação	25%	9%	25%	9%	25%	9%
	3.746	1.349	7.682	2.765	7.494	2.698
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	(19)	(7)	(592)	(213)	971	350
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	25	13	32	20	1	9
	6	6	(560)	(193)	972	359
PAT	(56)	-	(103)	-	(80)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(3)	-	(7)	-	(1)	-
Prorrogação Licença Paternidade	(3)	-	(3)	-	(1)	-
	(62)	-	(113)	-	(82)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.690	1.355	7.009	2.572	8.384	3.057
Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores	-	2	41	7	-	-
	3.690	1.357	7.050	2.579	8.384	3.057

Nota 19 – Critérios de tributação

A Administradora optou pelo critério de tributação com base no lucro real anual, com o pagamento do imposto mensal. A Administradora apura e recolhe o PIS e o COFINS sobre o faturamento mensal, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, e o ISS sobre a prestação dos serviços à alíquota de 5%, de acordo com o decreto 25.508/2005.

Nota 20 - Transações com partes relacionadas

A Ponta Administradora possui como partes relacionadas o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob e Sistema Sicoob, seus administradores, considerados como “pessoal-chave” da administração, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Os produtos e serviços são comprados da entidade controladora, com base em termos e condições comerciais normais.

a. Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

Balanco Patrimonial

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários	29	526
Títulos e valores mobiliários	70.872	49.205
Total	70.901	49.731

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado

	Semestre findo em	Exercício findo em 31 de dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.881	3.407	2.551
Despesas de comissão s/vendas	(63)	(167)	(171)
Despesas c/prestação de serviços	(341)	(616)	(393)
Total	1.477	2.624	1.987

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o Diretor Superintendente. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	Semestre findo em	Exercício findo em 31 de dezembro	
	31/12/2018	2018	2017
Honorários	254	500	482
Benefícios	100	200	194
Encargos	60	119	116
Total	414	819	792

Nota 21 - Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

A Ponta Administradora possui provisão para causas judiciais no valor de R\$ 109 (2017 – R\$ 99), referente a 7(sete) processos, sendo 6 (seis) cíveis, e 1 (um) relativo a diferenças de atualização no pagamento de execução fiscal decorrente de débito de IPVA de veículo alienado fiduciariamente à Ponta Administradora.

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis no valor de R\$ 4.684 (2017 – R\$ 2.405), (ações cíveis discutem: restituição do valor pago pelo consorciado desistente, aplicação do seguro prestamista, contemplação e Dano Moral); (ii) ações de natureza trabalhista no valor de R\$ 239 (2017 – R\$ 139).

Nota 22 – Outras informações da Administradora

a. Seguros

A Ponta Administradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Benefícios a empregados – previdência complementar

Em outubro de 2013, a Ponta Administradora passou a ser patrocinadora da Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Ponta Administradora contava com 76 participantes, as despesas com a Sicoob Previ totalizaram R\$ 195 (2017 – R\$ 148 e 2º semestre/2018 – R\$ 112).

Nota 23 – Principais práticas contábeis para grupos de consórcios

a. Ativo circulante

i. Disponibilidades / Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam os recursos disponíveis vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos. As aplicações seguem as determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

Os saldos das aplicações financeiras incluem os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateios diários proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

ii. Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber de consorciados contemplados. O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data das demonstrações contábeis.

b. Passivo circulante

i. Obrigações com consorciados

Representam os valores recebidos de Fundo Comum de consorciados não contemplados e grupos em formação.

ii. Valores a repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Obrigações por contemplações a entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

iv. Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

v. Recursos do grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

c. Compensação

i. Previsão mensal de receitas a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuição (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos da taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

d. Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

i. Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para a aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

Ponta Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

ii. Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

e. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

Operações de Consórcios	Quantidade	
	31/12/2018	31/12/2017
Grupos em andamento	139	97
Consortiados ativos	110.120	77.442
Consortiados desistentes ou excluídos - total	60.465	41.831
Consortiados desistentes ou excluídos - no período	21.393	17.767
Consortiados contemplados	40.316	26.284
Bens pendentes de entrega	7.401	3.841
Bens entregues - total	36.856	23.131
Bens entregues - no período	13.725	9.126
Taxa de inadimplência	1,76%	5,97%

Nota 24 – Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas em:

	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de fundos de investimentos (i)	531.788	354.496
Total		

(i) Referem-se à aplicação no Sicoob DI Fundo de Investimento Referenciado DI.

Diretoria

Maurício Leite Ferreira Reis – Diretor-Superintendente

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2